

MERCADO DE TRABALHO: RUPTURAS E PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS SOBRE O EMPREGO

English title: *THE LABOR MARKET: RUPTURES AND CONTEMPORARY PERSPECTIVES ON EMPLOYMENT*

[doi](https://doi.org/10.33726/akdpapers2447-7656v15y9in2023p118a133) DOI NUMBER: 10.33726/akdpapers2447-7656v15y9in2023p118a133

RUFINO, Anderson¹

TOMAZ, Rozaine A. Fontes²

RESUMO: Este estudo, apresenta uma abordagem analítica do mercado de trabalho, tendo como premissas, efeitos oriundos da Lei de Terceirização (Nº 13.429/2017), a falta de qualificação para o mercado de trabalho, o contexto pandêmico, e os desafios gerados pelas oscilações políticas e econômicas vividas no Brasil e no mundo. Este trabalho tem por objetivo, analisar tal ambiente e eventuais motivações que têm dado causa ao desemprego na atualidade brasileira, a fim de consubstanciar um repertório que discuta a sensação de instabilidade profissional que vem atormentando a população devido à crise econômica e política. Justifica este exame, a necessidade de se criarem modelos de compreensão aplicáveis aos cenários de sucesso e de insucesso face à aquisição e manutenção de trabalhos formais no país. Como essência dos resultados oferecidos por esta investigação, temos que, em um contexto de volatilidade de ofertas de vagas de empregos, o assalariamento, caracterizado por contratos de tempo indeterminado, tem sido substituído por um novo tipo de relação salarial menos fundada na estabilidade do emprego e mais ajustada às incertezas contemporâneas. O principal aporte bibliográfico da pesquisa, incide na obra *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*, de Paul Singer (2012).

PALAVRAS-CHAVE: Mercado de trabalho, economia brasileira, formalidade e informalidade

ABSTRACT: This study presents an analytical approach to the labor market, based on the effects of the Outsourcing Law (No. 13.429/2017), the lack of qualifications for the labor market, the pandemic context, and the challenges generated by the political and economic oscillations experienced in Brazil and around the world. This work aims to analyze the environment and possible motivations that have caused unemployment in Brazil today, in order to build a repertoire that discusses the feeling of professional instability that has plagued the population due to the economic and political crisis. This examination is justified by the need to create models of understanding applicable to scenarios of success and failure when it comes to acquiring and maintaining formal jobs in the country. The essence of the results offered by this research is that, in a context of volatile job vacancies, salaried employment, characterized by indefinite contracts, has been replaced by a new type of wage relationship that is less based on job stability and more adjusted to contemporary uncertainties. The research's main bibliographical contribution is the book *Globalization and unemployment: diagnosis and alternatives*, by Paul Singer (2012)

KEYWORDS: Labor market, Brazilian economy, formality and informality

¹ Discente UEMG. Curso de Administração.

² Profª Orientadora do trabalho. Docente da UEMG, Unidade Frutal.

INTRODUÇÃO

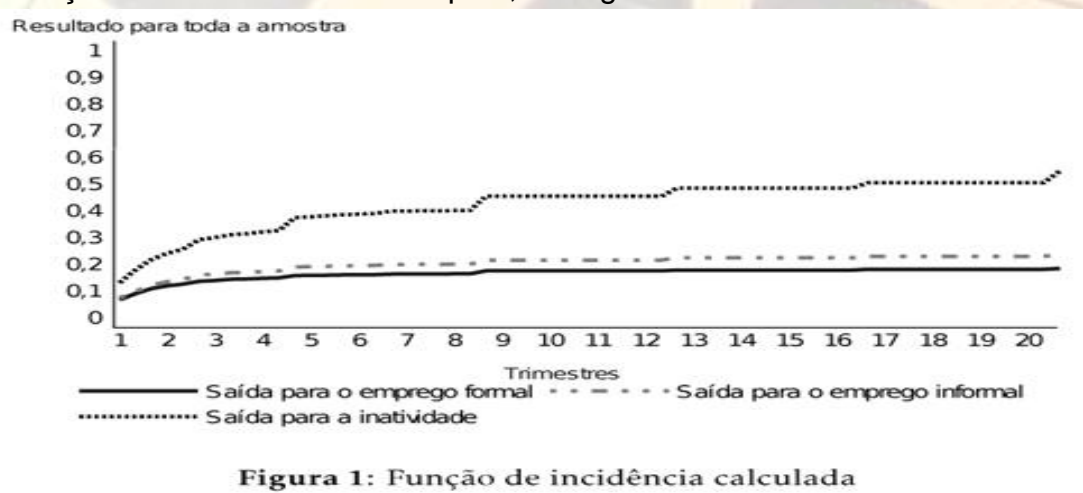
O desemprego tem sido um dos maiores problemas sociais atualmente enfrentados pela humanidade. É certo afirmar, de início, que, nos anos mais recentes no mundo, tem havido um forte crescimento nas taxas de desemprego (ONU, Desemprego, 2023).

É assim, por exemplo, que Otteson (2019) e Singer (2012) nos lembram, que no pensamento econômico clássico, de um lado, se preserva a visão de uma economia aos moldes de Adam Smith, isto é, na qual as relações de trabalho se dão a partir de contextos de oferta e de demanda de mão de obra.

O que quer dizer, por outro lado, segundo o que apresenta Otteson, particularmente, que cenários de maior achatamento na oferta ou na manutenção das vagas, é fenômeno que se relaciona, intrinsecamente, com a liberdade que têm aqueles que procuram emprego e aqueles que oferecem emprego, bem como, com a autonomia que têm, os mesmos atores, de agir conforme lhes aprouver, segundo seus interesses e seus méritos.

É assim, em suma, que, num sistema de negociações abertas, típico de um mercado livre, a pactuação de contratos, de salários e de preços passam ao longe de uma presença maciça do Estado, deixando pouca ou quase nenhuma responsabilidade sobre os governos nacionais, quanto ao resultado positivo ou negativo pertinentes à empregabilidade, aos salários etc.

Há estudos sobre o tema (Fig. 1), portanto, que procuram mostrar e prever os fenômenos de interação entre estes dois grupos, tendo em conta a situação econômica e social do país, da região ou da cidade:



A probabilidade estimada de saída do desemprego para a inatividade no período de até 4 trimestres, é igual a 32%. Para transições do desemprego para o emprego formal e para o emprego informal, durante esse mesmo período, geram probabilidades estimadas e iguais a 15% e 17%, respectivamente.

Considerando o período de 20 trimestres, a probabilidade de transição para a inatividade, é estimada em 50%, enquanto que as probabilidades de saída para o emprego formal e para o emprego informal são estimadas em 18% e 23%, respectivamente.

Estes dados, apresentado aqui, são meramente introdutórios. Eles se fazem complementar, com o diagnóstico apresentado pela Tabela 2, discutido no tópico de **Resultados**, no corpo deste *paper*.

Por hora, nos basta entender que, numa visão que classifica o trabalho como um produto, pelo qual os trabalhadores atuam como vendedores e os empregadores como compradores, o que se visa, são os valores e os salários a serem considerados como integrantes do mercado de trabalho, em que o espaço se torna mais propício à comercialização de mercadorias e não de 'pessoas', estejam elas empregadas ou não.

Em Singer (2012), por exemplo, vemos que a proposta de sua obra é a de avaliar as causas do desemprego na atualidade histórica do mundo. Para tal efeito, ele julga necessário identificar se fatos tais, como o da falta de qualificação profissional adequada para esta ou aquela vaga, contribui para que determinados setores do mercado de trabalho realizem mais demissões que outros. Noutros autores, vemos acrescentarem-se a isto, elementos dos efeitos de interação de uma economia cada vez mais globalizada:

Toda esta tecnologia direcionada à comunicação viabiliza análises simultâneas e imediatas sobre a dinâmica do sistema econômico, em diferenciadas partes da Terra, permitindo-se também a realização de operações econômicas, pelos mesmos agentes, a partir do mesmo ponto de atuação, em inúmeras localidades. Em consequência, acentua-se a interinfluência entre as diversas regiões e economias ou, em grande parte dos casos (como, regra geral, verificou-se na América Latina), aprofunda-se a tradicional influência de certas economias e regiões sobre outras (DELGADO, 2006, p. 33).

É possível, ainda, além de prováveis efeitos desta chamada ‘Globalização’ dos mercados, que a chamada ‘Lei da Terceirização’ (Nº 13.429/2017) que, dentre outras ações, que prevê a permissão para a contratação de uma carga horária de 12 horas diárias, possa gerar mais estresse nos empregados, devido ao tempo que os trabalhadores precisarão ficar no ambiente de trabalho.

Nisso, alguns especialistas sugerem que poderá aumentar o desemprego no Brasil, país no qual já se tem dificuldades financeiras suficientes, devido, por exemplo, ao chamado ‘Custo Brasil’, ou, ainda, devido à má gestão de recursos públicos feita pelos representantes políticos, redundando em desvios de quantidades significativas em dinheiro e bens materiais.

Estes desfalques afetam os cofres públicos, retirando da Nação, sua capacidade de investimentos na geração de mais empregos e de renda. Nesse modelo de um ‘cada um por si e ninguém por todos’, se assemelha ao fato de que, “Na verdade, eu não me importo com minha empresa ou com você: só me importo com o que ela ou você podem me dar” (OTTESON, 2019, p. 97).

Outros pontos negativos são a falta de qualificação para o mercado de trabalho que, hoje, está sendo bastante competitivo e, por outro lado, atira as pessoas numa busca ininterrupta por um currículo com vários atrativos, justamente com o intuito de deixar o viés de mão de obra desqualificada em segundo plano, alcançando patamares mais elevados de qualificação para esta ou aquela vaga de emprego.

E, é a partir deste contexto, que este trabalho tem, por finalidade, analisar o motivo da causa do desemprego na atualidade, a fim de vislumbrar soluções para minimizar a sensação de desconforto financeiro que atormenta a população.

Este Artigo também, indiretamente, se voltará a delimitar o alcance econômico e social, que pode ter a crise política, a qual, no Brasil mais recente, termina por atingir as pequenas e as grandes empresas, indistintamente, gerando desemprego e focos de caos social pelas ruas (IBGE & IPEA, 2023).

A HISTÓRIA DO TRABALHO NA HUMANIDADE

O moinho de vento nos dá uma sociedade com senhor feudal; o motor a vapor, uma sociedade com o capitalista industrial (Karl Marx)

Colbari (1995), descrevendo um roteiro sobre o remotismo da origem da atividade laboral, lembra que os trabalhos manuais se iniciaram, ainda, na época dos senhores feudais, nos séculos passados, para suprir necessidades comuns da sociedade. Com o advento da escravidão humana no Ocidente, houve uma degradação do trabalho, por parte do senhores feudais e de seus séquitos, o que dificultou e desestimulou o cultivo e a continuação do desenvolvimento de habilidades que, até então, serviam para o seu sustento, tais como a agricultura, a caça, a pesca, a manufatura de bens e utensílios.

Nos tempos em que o trabalho simplesmente se resumia à troca de mercadorias, o próprio escravo era considerado um 'produto' comercial, e o trabalho gerado em torno desta cultura tornou a sociedade bastante rica. Isto foi assim, até o momento em que se iniciou a mudança do perfil do operário, transformado que foi o escravo em 'liberto', e, conseqüentemente, assalariado:

Assim, o trabalho em sua forma humana foi chamado 'ação inteligente', por Aristóteles. Não obstante seu esforço baldado para descobrir uma causa única subjacente a todos os produtos da natureza, animais e humanos, deu a mais antiga forma a este princípio distintivo do trabalho humano. "[...] Fourier pensava ter identificado nisto a causa da "felicidade" entre animais e a angústia do trabalho repugnante" entre os homens. O trabalho, contudo, constitui o prazer de várias criaturas, tais como os castores, abelhas, vespas e formigas. Deus dotaram-nas com um mecanismo social (ele deveria ter dito biológico) que atrai a atividades e causa a felicidade que se acha nela. [...]. Mas para ver o caráter não instintivo do trabalho humano, a causa direta da "angústia do trabalho repugnante" é preciso saltar todos os estágios intervenientes do desenvolvimento social que distinguem o surgimento do trabalho humano de formas Pré-humanas do trabalho, em forma moderna (BRAVERMAN, 1987, p. 50).

Braverman (1987), menciona, portanto, que o trabalho começou, ainda antes da escravidão moderna, lá com os artesões e com a agricultura de baixa escala, gerando, à época, um contingente de trabalhadores que faziam do próprio trabalho, simultaneamente, o ambiente de produção, de comércio e de

troca de mercadorias para suprir as necessidades pessoais, das famílias, das aldeias, das cidades, do Reino como um todo.

Assim, no sentido de promover uma reconciliação entre este passado longínquo do trabalho, com a contemporaneidade conturbada das relações trabalhistas, é que Colbari (1995), acrescenta, que:

[...] o processo de adesão ao mercado de trabalho na sociedade brasileira, impõe a necessidade de estabelecer alguns recordes, com vistas de resgatar traços essenciais da constituição do mercado de trabalho no país, e da elaboração de um referencial ideológico legitimador da atividade produtiva neste contexto sociocultural (COLBARI, 1995, p. 27).

O brilhantismo de autores como Domenico De Masi (2010), reside justamente no fato de que ele consegue colocar em evidência, que os novos padrões de formação humana e de constituição das carreiras profissionais, em voga na sociedade contemporânea, permitem que se passe em revisão, toda a estrutura histórica concebida nas relações de trabalho, que vieram dos tempos feudais, passaram pela escravidão, e que hoje, permeiam, todas as dinâmicas de interação na indústria, no comércio, orientando todas as políticas de integração do Estado, da Legislação e do mercado de trabalho como um todo, facilitando a incessante busca do homem pelo seu sustento.

Sérgio Buarque de Holanda (1986, *apud* COLBARI, 1995, p. 27), lembra, inclusive, que, o que De Masi, mais adiante, iria denominar de 'ócio criativo', já era assunto que tratava de uma certa permissividade moral que rondava o trabalho escravo, que, ao mesmo tempo em que se promovia certa concessão de regalias nos tempos de Pré-Abolição (1888), já se estaria semeando em meio à escravidão decadente, um contexto de desvalorização do trabalhador e do trabalho manual, produzindo nichos de ociosidade com feições de 'bônus' dados a eleitos, bem como estimulando o poder arbitrário manifesto dos senhores de engenho quanto aos castigos, quanto à perseguição, gerando troca de favores entre senhores, escravos e homens livres.

Assim, é bem possível dizer que, o que De Masi viria a denominar de 'Ócio Criativo', tenha, de fato, nascido nas Senzalas, ainda no berço do

Capitalismo moderno. E é dizível ainda, que, em última análise, aquela 'política' do ócio de concessões abaixo do viés da moralidade, tenha se transferido destas relações de trabalho, para outros contextos, traduzindo-se na ideia de um 'toma lá, dá cá', bem recorrente no mundo da política brasileira.

NOVOS TEMPOS CHEGAM AO MERCADO DE TRABALHO

O desemprego é um acidente econômico que machuca fundo a dignidade humana (John Fitzgerald Kennedy, Ex-Presidente norte-americano)

Seguindo os postulados De Masi (2010), independentemente do bom ou do mau uso que tenham feito disso, empresas como a Volkswagen alemã, tiveram a coragem de evitar demissões, quando começaram a reduzir sua carga horária de trabalho semanal, para 28 horas, visando assegurar ao empregado o seu posto de trabalho formal. Foi assim que, dentre outras atitudes originárias, teve início a redução de horas para a jornada de trabalho, evitando-se o crescimento do desemprego em contextos de crise, tais como os vivenciados durante Guerras, Quebras da Bolsa e Pandemias.

De acordo com Delgado (2007), o desemprego, a partir de meados dos anos de 1970, tornou-se mais notório, como fenômeno socioeconômico persistente e grave em inúmeros países capitalistas ocidentais, desde o universo europeu desenvolvido, até a realidade de distintas economias latino-americanas. Por isso, a redução de carga horária, promovida na Volks, se alastrou por praticamente o mundo todo, como alternativa paliativa ao desemprego imediato sentido em tempos de 'paz' ou de 'saúde' plena:

A natureza estrutural do desemprego contemporâneo derivaria de nova maneira específica de se organizar e desenvolver o novo capitalismo, em que estariam inexoravelmente sendo colocadas em xeque não apenas a relação empregatícia, como também a própria realidade do trabalho (DELGADO, 2007, p. 33).

Em tempos de Pós-Pandemia, como veremos mais adiante, o fenômeno do desemprego, ali redimensionado, tem feito com que os empresários, os estudiosos, e os sindicatos procurem soluções que atuem sobre o quantitativo

dos horários com que os trabalhadores precisem ficar dentro das lojas, das fábricas e escritórios, encontrando-se modos para que os colaboradores possam exercer seus serviços com menos tempo, menor deslocamento e maior produtividade.

Segundo diversos dos autores aqui dispostos, vemos percentuais controversos, que assinalam que trabalhadores formais, trabalham, em média, 46 horas semanais, enquanto que informais, trabalham 44 horas, dentre estes que isto dizem, estão Singer (2012), e Rifkinin (2004).

Contudo, com as novas tecnologias recentes adotadas pelas empresas, os trabalhos de execução mais demorada não têm mais consumido este montante de horas. E, num contexto de ‘aperto’ recorrente para os ganhos de produtividade, é que surge Maia (2004), e nos recorda, que um crescimento econômico menor que o demográfico, é problema de solução difícil. Diz ele, ainda, que haveria aí, a necessidade de se aumentar a produção para equilibrar o aumento de natalidade ou que se deveria adotar uma política demográfica mais adequada.

Verificando este fenômeno, do lado dos empregados, Maia (2004) nos fala de um tipo de desemprego específico: “o desemprego tecnológico”. Já, do lado das empresas, isto é o que pode permitir à corporação cortar gastos com os funcionários, remunerando não mais a pessoa melhor e diretamente, mas, ainda mais a tecnologia que vem sendo cada vez mais utilizada mundo afora:

As máquinas inteligentes estão substituindo seres humanos em incontáveis tarefas, forçando milhões de pessoas para as filas do desemprego ou pior, para a fila do auxílio desemprego. Eles nos acenam com a promessa de um excitante novo mundo de produção automatizada de alta tecnologia, comércio global em franco desenvolvimento e de abundância material sem precedentes (RIFKNIN, 2004, p. 03).

A pesquisa revela que, se por um lado, a tecnologia é o motor fundamental para o desenvolvimento, por outro, vai criar um abismo ainda maior de desigualdade (Dados obtidos a partir da Matéria: “Desemprego”. Portal Mundo Educação UOL, 2023. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/desemprego-um-problema-mundial.htm>).

Há uma década, retroagindo ao ano de 2013, gurus e profetas do mercado financeiro previam que as relações de trabalho e o nível de desemprego mundial deveriam mudar significativamente, até 2021. E, diziam ainda, que a mudança viria para piorar a vida das pessoas (WEF, 2023).

Do mesmo modo, outros estudiosos de mesma índole, previam o fim do trabalho, ou mesmo, outros modos de se estabelecerem relações de emprego e de remuneração ao trabalhador:

Revelaram-se, assim equivocadas, previsões de autores como Méda (1997) e Rifkin (1995), para os quais estaríamos caminhando rumo ao “fim do trabalho”, após a ampliação das modernas técnicas e tecnologias de produção ao nível planetário. O mesmo se pode dizer das previsões de autores que, como Habermas (1991), vislumbrou a substituição da esfera do trabalho pela “esfera comunicacional”; e Offe (1989), que antevia a “perda de centralidade da categoria trabalho” (DELGADO, 2007, p. 34).

No meio da caminho, apareceram duas crises globais de mercado (a do mercado imobiliário, em 2008, nos EUA; e, a Pandemia de COVID-19, em 2019), que contribuíram, e muito, para materializar, total ou parcialmente, o que estes e aqueles diziam. Ou seja, é a ‘Lei de Murphy’, pura e simples: “o que tiver que dar errado, vai dar errado mesmo” (BRASIL ESCOLA, 2023).

APENAS UM DOS INÚMEROS FATORES CAUSADORES

Retomando o contexto pandêmico, lembramos que, nos dias finais de 2019, os primeiros casos de COVID-19 começaram a ganhar manchetes de jornal, chamando a atenção da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2023).

A OMS foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de Corona Vírus, a qual ainda não havia sido identificada antes em seres humanos.

O que, na sequência, veio a se transformar numa Pandemia de COVID-19, foi um problema de saúde pública global, pois este vírus veio para fazer as pessoas se manterem em isolamento – isto, sob o ponto de vista social. Contudo, sob o ponto de vista econômico, isso não foi o bastante.

Os casos contágio e morte foram aumentando. E, a partir daí, o Estado, por meio de seus governos nacionais, entraram em cena, impondo à população medidas mais restritivas de circulação de pessoas, a fim de se prevenir que o vírus se multiplicasse ainda mais rapidamente.

Uma das ações tomadas, foi a de paralisação da atividade econômica presencial. Assim, tanto o setor público quanto o privado, se viram trancafiados em suas residências pessoais, dando continuidade remota, na medida do possível, aos afazeres econômicos e interações sociais diárias.

Com isso, tanto o pequeno comércio quanto as grandes empresas começaram a reduzir os números de funcionários, a partir das pessoas idosas. Os informais perderam automaticamente seus ‘empregos’, enquanto que alguns formais tiveram ou suas cargas horárias e salários reduzidos, ou simplesmente foram demitidos, aumentando dia a dia, o nível do desemprego.

Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), veiculados pelo *site* Folha de S. Paulo, em 31/03/2022, o desemprego no Brasil havia aumentado para 11,6%, no trimestre encerrado em fevereiro de 2020, o último antes do Coronavírus se espalhar pelo país (Dados obtidos a partir da Matéria: “Desemprego aumentou antes de pandemia do novo Corona Vírus crescer”. Disponível pelo *link*: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/03/desemprego-aumentou-antes-de-pandemia-do-novo-coronavirus-crescer.shtml>).

A crise causada pelo novo coronavírus levou a um recorde do desemprego. Porém, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos primeiros meses de 2023, os atuais 13,8 milhões de pessoas que estão sem trabalho no país, já acompanham os dados vistos durante os tempos mais duros da Pandemia de COVID-19. Por isso, a taxa de desemprego chegou a 14,4% no trimestre encerrado em agosto de 2023.

É possível, então, que o impacto da COVID-19 ainda esteja rondando as economias globais, ou que este seja fenômeno tipicamente local, brasileiro. Isso porque a crise do coronavírus deixou muitas empresas sem funcionar, fazendo que muitos perdessem seus empregos. No presente momento, o fator ‘má gestão’ econômica pode se responsabilizar para produzir um resultado semelhante ou pior que o pandêmico.

RESULTADOS

Com relação à Fig. 1, disposta no início do texto, vale dizer, que as diferenças por gênero são acentuadas, com a proporção de mulheres que transitam do desemprego para a inatividade, aumentando bastante com a duração do desemprego, enquanto entre os homens, as saídas do desemprego para o emprego são mais intensas do que entre as mulheres.

De acordo com os resultados por escolaridade, porém, percebe-se que transições do desemprego para o emprego formal são mais frequentes entre os mais escolarizados, e que os indivíduos com níveis educacionais mais baixos, quando transitam para o emprego, o fazem com uma intensidade bem maior para o setor informal.

Completam estas informações, os dados apresentados na Tabela 2, abaixo:

Tabela 2: Modelo paramétrico para duração do desemprego (função Weibull)

Transições do desemprego para: emprego formal, informal e inatividade

	Sem heterogeneidade			Com heterogeneidade		
	Formal (1)	Informal (2)	Inatividade (3)	Formal (4)	Informal (5)	Inatividade (6)
Escolaridade	0,021*** (0,006)	-0,045*** (0,006)	-0,009** (0,004)	0,039*** (0,009)	-0,069*** (0,008)	-0,017*** (0,006)
Idade	-0,018*** (0,003)	-0,002 (0,002)	-0,009*** (0,002)	-0,023*** (0,004)	0 (0,004)	-0,012*** (0,003)
Mulher	-0,543*** (0,042)	-0,491*** (0,040)	0,243*** (0,030)	-0,839*** (0,061)	-0,713*** (0,055)	0,382*** (0,042)
Negro	0,121 (0,048)	0,089 (0,043)	-0,030 (0,031)	0,145 (0,069)	0,107 (0,063)	-0,053 (0,046)
Nunca trabalhou	-0,995*** (0,093)	-0,601*** (0,077)	-0,224*** (0,043)	-1,436*** (0,133)	-0,888*** (0,113)	-0,324*** (0,068)
Parâmetro α	0,852 (0,007)	0,847 (0,008)	0,878 (0,009)	1,327 (0,015)	1,344 (0,014)	1,427 (0,011)
Parâmetro σ^2				12,541 (0,685)	12,804 (0,519)	8,243 (0,215)
Observações	19.353	19.353	19.353	19.353	19.353	19.353

Notas: os erros-padrão são apresentados entre parênteses.
 Todas as regressões incluem dummies para as regiões metropolitanas e para os anos.
 *significativo para o nível de 10%.
 **significativo para o nível de 5%.
 ***significativo para o nível de 1%.

Na Tabela 2, acima, são apresentados os resultados estimados para a probabilidade de saída do desemprego, usando modelos paramétricos, em que a função de risco é representada por uma distribuição Weibull. São consideradas transições para três estados: i) emprego formal, ii) emprego informal e iii) inatividade, em um intervalo de 3 meses. Nas colunas (1), (2) e (3), são mostrados os resultados, sem heterogeneidades não observadas entre os indivíduos, enquanto as colunas (4), (5) e (6), mostram os resultados

que incluem as heterogeneidades não observadas na análise.

Os resultados da Tabela 2, mostram que a probabilidade de saída do desemprego para um emprego formal é maior para os indivíduos mais escolarizados. Níveis mais altos de escolaridade, por outro lado, parecem diminuir as probabilidades de saída do desemprego para a informalidade e para a inatividade. Para cada ano adicional de estudo, o risco de saída para o emprego formal aumenta em 2,1% [$\exp(0,021)-1$] na coluna (1), e em 4% [$\exp(0,039)-1$] na coluna (2). O risco de saída para o emprego informal diminui entre 4% e 7%, enquanto o risco de saída para a inatividade diminui cerca de 1%, para cada ano de estudo a mais, de acordo com os resultados estimados.

Nas colunas (1) e (4), nota-se que os indivíduos mais velhos são menos propensos a sair do desemprego para um emprego formal, em comparação com os trabalhadores mais jovens. Além disso, a Tabela 2 ainda mostra, que a probabilidade de transitar do desemprego para a inatividade, também é menor para os trabalhadores mais velhos.

Para cada ano de idade a mais, o risco de saída para o emprego formal diminui 2%, enquanto o risco de saída para a inatividade diminui 1%. Para as transições do desemprego para a informalidade, nas colunas (2) e (5), as diferenças por idade não são estatisticamente significativas.

Para as mulheres, a probabilidade de transição do desemprego para o emprego, seja formal ou informal, é menor do que a dos homens. O risco de saída para o emprego formal é 42% menor para as mulheres na coluna (1), enquanto na coluna (4), o diferencial em relação aos homens é estimado em 57%. Os riscos de saída para o emprego informal são entre 39% e 50% menores para as mulheres. Nota-se, que as mulheres, quando desempregadas, apresentam probabilidade maior de deixarem o mercado de trabalho do que os homens. Na coluna (3), o risco e saída para a inatividade é 28% maior para as mulheres, enquanto na coluna (6) essa diferença é de 47%.

Ainda de acordo com os resultados da Tabela 2, os negros apresentam maiores probabilidades de transição para empregos formais e informais do que os brancos. O risco de saída para o primeiro destino é cerca de 20% maior para os negros, que também apresentam um risco de saída para a informalidade 10% maior do que os brancos, de acordo com as evidências.

Para as probabilidades de transição do desemprego para a inatividade, as diferenças entre negros e brancos não são estatisticamente significativas.

Indivíduos que nunca trabalharam anteriormente apresentam probabilidades mais baixas de obterem empregos formais e informais do que indivíduos desempregados que já tiveram algum emprego anterior. No caso do risco de saída para o emprego formal, o diferencial estimado dos indivíduos que nunca trabalharam em relação aos que já trabalharam anteriormente se situa entre -63% e -76%. Já o risco de saída para o emprego informal se mostra entre 45% e 59% menor para os que nunca trabalharam.

As colunas (1), (2) e (3) da Tabela 2, que não consideram as heterogeneidades não observadas, mostram que transições para o emprego formal, o emprego informal e para a inatividade apresentam dependência negativa da duração. Ou seja, quanto maior o tempo de desemprego, menor a probabilidade de sair desse estado e transitar para cada um desses destinos considerados.

Porém, quando são consideradas as heterogeneidades não observadas, nas colunas (4), (5) e (6), os resultados se tornam bem diferentes. Nota-se também, que a estimativa para a variância (σ^2) é significativa, indicando a presença de heterogeneidade não observada. As evidências que indicam a presença de dependência negativa da duração, nas colunas (1), (2) e (3), parecem decorrentes da agregação de indivíduos com taxas de saída do desemprego diferentes.

Considerando as heterogeneidades não observadas, os indivíduos desempregados há mais tempo, apresentam maior probabilidade de saída para o emprego formal, assim como para o emprego informal. Nota-se também que uma duração maior do desemprego está associada com uma probabilidade mais elevada de transição para a inatividade. De acordo com esse resultado, portanto, indivíduos há muito tempo desempregados parecem desistir de procurar emprego por desalento.

CONCLUSÕES

Singer (2012) relata que bons empregos, seguros e bem remunerados, estão cada vez mais difíceis de encontrar. E, aqueles que pregam o mantra da ‘segurança’, todos os dias, passaram a enxergar os acidentes pessoais com outros olhos, sabendo que o funcionário não ‘se acidenta’ por que quer: têm consciência, hoje, de que há sempre alguém, em casa, à nossa espera. Logo, a falta de benefícios na contratação dá origem a contextos de precariedade aos trabalhadores que, em seus empregos, esperam uma vida mais segura:

Todo mundo, fala do desemprego. A falta de bons empregos – de empregos que pagam e oferecem estabilidade, perspectivas de carreira, seguro-desemprego, seguro acidentes enfermidades, velhice e morte – é sentida em praticamente todos os países desenvolvidos e semidesenvolvidos. Este sentimento “universal” é bom que se diga logo e partilhado pela classe média que, no Brasil, tende a ser restrita aos ricos, mas nos países cêntricos, abrange o conjunto dos assalariados formais (SINGER, 2012, p.11).

Rifkin (2004, p. 03), comenta que os economistas nos dizem que os números crescentes do desemprego representam meros ‘ajustes’ de curto prazo, feito às poderosas forças impulsionadas pelo mercado, as quais estão acelerando a economia global rumo à Terceira Revolução Industrial.

Singer e Rifkin, acima, nos falam de um desemprego que vem afetando a economia mundial, de um mercado de trabalho retraído, e que se projeta sobre os cofres públicos, a partir da criação de benefícios fiscais, de repasse de renda e do inchaço da previdência pública.

Saboia (2009) nos revela, que a população está saindo, cada vez mais, à procura de empregos, devido à falta de qualificação: essa, segundo ele, é uma das maiores dificuldades que os trabalhadores têm que enfrentar para arrumar uma vaga de emprego, face a um mercado competitivo e com bastantes mudanças aceleradas nestes novos cenários da economia.

O índice de desempregados cresce, ainda, por que pessoas que não têm, às vezes, sequer o nível de Ensino Médio no currículo, encontram enormes barreiras para se adaptar às mudanças e às novas tecnologias cada vez mais presentes nas empresas.

Acentua este cenário de desalento, a facilidade com que a terceirização passou a ocupar espaços tornados 'vazios' por este contingente de baixa qualificação. Uma empresa de mão de obra terceirizada, pode assumir, simultânea e remotamente, vários postos de trabalho que, até há bem pouco tempo atrás, poderiam ser ocupados somente presencialmente e localmente.

A cada momento, o desemprego recai com maior força sobre uma população que, historicamente, escrava ou liberta, vem driblando as durezas das senzalas e as armadilhas das novas tecnologias. Esta população trabalhadora, é afetada por um vírus, pelo chicote, pelos terabitis, e é a mesma que encara a fila procura do primeiro emprego ou espera por uma nova vaga:

[...] enquanto as primeiras tecnologias industriais substituíram a força física do trabalho humano, trocando a força muscular por máquinas, as novas tecnologias baseadas no computador prometem substituir a própria mente humana, colocando máquinas inteligentes no lugar dos seres humanos, em toda a escala da atividade econômica (RIFKIN, 1995, p. 05).

Conceitualmente, é bom frisar, que, enquanto o 'desemprego estrutural' é afetado pela implantação de novas tecnologias e processos, tal como temos visto na já mencionada substituição de homens por máquinas e por tecnologia, o 'desemprego conjuntural' é aquele gerado por crises econômicas internas ou externas, tais como as já também mencionadas retrações econômicas provocadas pela crise imobiliário norte-americana (2008), ou pela COVID-19. Crises econômicas, geralmente, diminuem o consumo, as exportações, a produção e, por consequência de tudo isso, aumenta-se o desemprego.

Mesmo assim, já houve quem dissesse que o desemprego é pior do que a escravidão. O escravo, afirmam, tem casa e comida de graça, o desempregado não tem. Em face disso, hoje se procura amparar o desempregado, por meio do salário-desemprego e de outros auxílios, como o não pagamento de contas de água etc. (MAIA, 2004, p. 145).

Todos os dias, os brasileiros saem à procura de oportunidades para se recolocar no mercado de trabalho. Há, inclusive, quem passe anos em busca de um emprego. Diante de um cenário nada promissor de desemprego no país, os trabalhadores estão desistindo de voltar à ocupação formal. E é assim, que informalidade, o crime, o desalento tem abraçado o povo brasileiro.

REFERÊNCIAS

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1987.

COLBARI, Antônia L. *Ética do trabalho*. 2. Ed. São Paulo: Letras Eletras, 1995.

DELGADO, Mauricio Godinho. *Capitalismo, trabalho e emprego: entre o paradigma da destruição e os caminhos de reconstrução*. São Paulo: LTr, 2006.

DE MASI, Domenico. *O Futuro do trabalho: Fadiga e Ócio na Sociedade Pós-Industrial*. 10. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

LEI DA TERCEIRIZAÇÃO. Presidência da República / Secretaria-Geral / Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13429.htm. Acesso em 12/02/2023, às 17h43min.

MAIA, Jayame de Mariz. *Economia internacional e comercio exterior*. São Paulo: Atlas, 2004.

OTTESON, James. *Os fundamentos do capitalismo – o essencial de Adam Smith*. São Paulo: Faro Editorial, 2019.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos: O contínuo crescimento do desemprego em todo mundo*. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda., 2004.

SABOIA, João. *Tendências da qualificação da força de trabalho*. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnostico e alternativas*. São Paulo: Contexto, 2012.

Sites consultados

BRASIL ESCOLA: <https://brasilescola.uol.com.br/curiosidades/lei-murphy.htm>

FOLHA DE S. PAULO: <https://www.folha.uol.com.br/>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: <https://www.ibge.gov.br/>

IPEA: <https://www.ipea.gov.br/portal/>

OMS BRASIL: <https://www.paho.org/pt/brasil>

ONU – Desemprego: <https://news.un.org/pt/tags/desemprego>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA: <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

WEF – Fórum Econômico Mundial: <https://www.weforum.org/publications/fostering-effective-energy-transition-2023>